

**Responsabilidade intergeracional e pandemia de covid-19 /  
*Intergenerational Responsibility and the Covid-19 Pandemic***

Marcus Vinicius Borges Oliveira\*  
Larissa Picinato Mazuchelli\*\*

RESUMO

A pandemia da covid-19 já levou mais de 150.000 brasileiros a óbito. Destes, mais de 70% são idosos. Ainda que a dinâmica dessa doença implique evitar a transmissibilidade do vírus, há uma forte pressão para a retomada das atividades, relevando e reafirmando uma lógica de indiferença com os idosos. Argumentamos que a contenção da pandemia exige um outro tipo de responsabilidade, de caráter intergeracional. Para tanto, além de refletir sobre a relação entre identidade e alteridade no envelhecimento, nós nos valem das reflexões de Bakhtin sobre a filosofia do ato responsável, dando ênfase aos conceitos de arquetônica e de excedente de visão. Por fim, pensando a partir da alteridade enquanto elemento constitutivo da subjetividade, refletimos sobre a importância do encontro entre diferentes gerações para o reconhecimento dos alibis que têm eximido os sujeitos de tomarem as devidas ações no enfrentamento desta pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Linguagem; Dialogismo; Intergeracionalidade; Envelhecimento

ABSTRACT

*The pandemic caused by covid-19 has killed more than 150,000 Brazilians, among which more than 70% are ag(e)ing individuals. Although this disease's dynamics imply hindering the virus's transmissibility, there is an intense pressure to resume activities, which has revealed and reaffirmed a logic of indifference towards this population. We argue that controlling the pandemic requires another type of responsibility, of an intergenerational character. Therefore, in addition to reflecting on the relationship between identity and otherness in ag(e)ing, we draw from Bakhtin's reflections on the philosophy of act (answerable), emphasizing the concepts of architectonics and excess of seeing. Finally, considering otherness as a subjectivity constituent element, we reflect on the importance of the encountering among different generations in order to acknowledge the alibis that have exempted the subjects from taking the due actions to face this pandemic.*

**KEYWORDS:** *Pandemic; Language; Dialogism; Intergenerationality; Ag(e)ing*

---

\* Universidade Federal da Bahia - UFBA, Instituto de Ciências da Saúde, Departamento de Fonoaudiologia, Vale do Canela, Salvador, Bahia, Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-7120-4527>; [marcus.oliveira.fono@gmail.com](mailto:marcus.oliveira.fono@gmail.com)

\*\* Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS, Departamento de Letras, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, PEPG/LAEL, São Paulo, São Paulo, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-5253-7593>; [lpmazuchelli@gmail.com](mailto:lpmazuchelli@gmail.com)

Não sou eu que olho o mundo *de dentro* com os meus próprios olhos, mas sou eu que olho a mim mesmo com os olhos do mundo, com olhos alheios; eu sou possuído por um outro. Não há aqui uma integridade ingênua do exterior e do interior [...] Eu não tenho um ponto de vista sobre mim mesmo de fora, não tenho uma aproximação da minha própria imagem interior. Dos meus olhos olham os olhos alheios.  
*Mikhail Bakhtin*

Em Auschwitz, eu me escondia sob o assoalho do barracão. Era meu refúgio. Assim como aqui embaixo. Eu tinha a sua idade.  
Aswirth?  
Esse nome não significa nada pra você. Melhor assim. Não preste atenção no que eu digo. Sou uma velhinha agora.  
*Rosa e Momo, 2020*

## **Introdução**

2020 é um ano que não será esquecido. No momento em que escrevemos este texto, o Brasil contabiliza mais de 150.000 óbitos decorrentes da covid-19. Nesse contexto, considerando que o principal grupo de risco são os idosos, talvez imaginássemos que estivéssemos sendo extremamente cuidadosos e planejando, com muita cautela, que tipo de movimento podemos fazer enquanto sociedade, já que a principal forma atual de combater a covid-19 é tomando medidas de distanciamento social.

Contudo, os idosos, que têm sido as grandes vítimas da pandemia e, dentre elas, aqueles que envelheceram com comorbidades, muitas vezes por conta de uma trajetória trilhada em meio a vulnerabilidades, ainda enfrentam os efeitos da discriminação etária que os representa, em diversos discursos, como *dispensáveis*, *teimosos* ou *ingênuos*, desde o início da pandemia. Também assistimos ao retorno da abertura de bares e restaurantes, muitas vezes lotados, mesmo com a morte de mais de 1000 pessoas a cada dia por conta da covid-19. A dinâmica dessa doença, que deveria implicar, se não cuidar do outro, ao menos evitar a transmissão do vírus, parece ter pouco efeito sobre as demandas de retorno às atividades econômicas que colocam as possíveis vidas perdidas em segundo lugar.

Neste texto, propomos, a partir dessas questões geradas pela pandemia, pensar o que chamamos de *responsabilidade intergeracional* a partir das reflexões do Círculo de Bakhtin. Considerando a amplitude do conceito de ato responsável, ampliamos o entendimento sobre intergeracionalidade, indo além da barreira estritamente cronológica que demarca as gerações para encontrá-la em outra temporalidade, em que gerações distintas convivem em uma mesma subjetividade. Por fim, entendendo que a falta de responsabilidade intergeracional demonstra nosso fracasso enquanto sociedade, discutiremos sobre outras possibilidades de atos responsáveis no enfrentamento da pandemia e de cuidado aos idosos.

## **1 Sobre a pandemia e a necessidade de um olhar mais atento aos idosos**

A pandemia decorrente do vírus Sars-CoV-2 escancarou e vem aprofundando as desigualdades do país, seja na educação, na saúde ou nas relações de trabalho. Desde março de 2020, assistimos estarecidos à fragilidade da organização política do Estado, que não criou um plano sanitário, nem mesmo utilizou um terço da verba disponível para conter a pandemia<sup>1</sup>. De maneira similar, assistimos ao sofrimento de instituições escolares sem apoio estatal para superarem o momento de crise, ao mesmo tempo em que acompanhamos crianças e adolescentes de escolas públicas de regiões pobres do país perderem o acesso à merenda com o fechamento das escolas, além de muitas terem as aulas interrompidas, enquanto crianças e adolescentes de escolas particulares não correm o risco de perder o ano letivo. Também assistimos à sistematização da *uberização* das relações de trabalho (UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020), quebra de contratos de serviços, diminuição de horas de trabalho pagas e demissões abusivas por diversos setores, incluindo o da saúde, em que hospitais demitiram funcionários que se contaminaram enquanto tratavam seus pacientes<sup>2</sup>. Em meio a esse

---

<sup>1</sup> Artigo disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/23/pazuello-saude-nao-gastou-nem-um-terco-do-dinheiro-para-combate-a-covid.htm>. Acesso em 28/11/2020.

<sup>2</sup> Artigo disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/03/funcionarios-reclamam-que-demissoes-no-hc-durante-a-pandemia-continuam-hospital-diz-que-contratos-eram-temporarios.ghtml>. Acesso em 28/11/2020.

cenário de estrangulamento econômico e crise ética, uma parcela da população enriqueceu e a busca por megaiates aumentou, aquecendo o mercado náutico<sup>3</sup>.

O abismo das diferenças, portanto, aumenta paulatinamente. Dentre tantas lutas travadas enquanto a população busca se orientar, se proteger e velar seus mortos, algumas questões não ganharam força no debate público. Uma delas diz respeito à situação dos idosos em meio à pandemia.

O Brasil conta atualmente com cerca de 33 milhões de idosos, segundo dados do IBGE (2019). Essa população, incluída no grupo de alto risco de desenvolvimento da forma mais grave da doença, vive um momento perverso em meio à pandemia. Dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, através de boletins epidemiológicos, mostram que mais de 72% das vítimas por covid-19, cerca de 60.500 brasileiros, é de idosos. No entanto, esse dado, que nos deveria causar apreensão e nos levar a buscar saídas para a proteção dessa parcela da população, parece ter, ainda hoje, um efeito adverso – muitos se sentem mais seguros e tranquilizados ao saberem que o risco maior de desenvolvimento da forma mais grave da doença não os inclui.

No início da pandemia no Brasil, quando se acreditava que se tratava de uma doença que atingiria fatalmente *apenas* aqueles com mais de 60 anos ou com comorbidades, e enquanto o Brasil assistia ao despreparo italiano para conter a pandemia, veículos de informação tranquilizaram parcelas da população que não correriam o mesmo risco, como vemos no último item (número 5) da publicação do *Catraca Livre: 5 motivos para não surtar com o coronavírus*, publicado em 11 de março de 2020 em sua página nas plataformas Facebook e Instagram<sup>4</sup>.

##### 5 razões para não surtar com o coronavírus

1. A China conseguiu isolar a população infectada e pela primeira vez, desde janeiro, os novos casos que aparecem no país não chegam a 100 por dia, segundo a Comissão Nacional de Saúde da China. Até o momento, 80.651 pessoas foram confirmadas como tendo contraído o coronavírus na China

---

<sup>3</sup> Artigo disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/com-direito-a-navio-de-r-55-mi-cresce-a-demanda-por-megaiates-no-brasil.shtml>. Acesso em 28/11/2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/145632722140414/posts/3477254085644911/>. Acesso em 28/11/2020.

- continental, o que mostra que o percentual de infecção por dia reduziu em pelo menos mais de 10 vezes.(Fonte: BBC).
2. Em 81% dos casos, os pacientes não apresentam sintomas ou apenas sintomas leves; em 14% deles, pode causar pneumonia grave; em 5%, pode ser crítico ou letal. Há 13 vezes mais pacientes curados do que mortos (Fonte: BBC).
  3. O vírus é facilmente inativado. Lave sempre as mãos com água e sabão, ande com um álcool em gel (62 a 71%) na bolsinha, e cubra espirros e tosse com as mãos ou os braços (Fonte: BBC).
  4. A gente sabe com o que está lidando e como se prevenir. Na década de 80, quando houve surto da Aids, a medicina precisou de mais de dois anos para identificar o vírus causador da doença. Os primeiros casos do novo coronavírus foram relatados na China em 31 de dezembro de 2019 e em 7 de janeiro desse ano o vírus já havia sido identificado. Ou seja, contamos com o avanço da tecnologia para impedir o progresso da doença (Fonte: BBC).
  5. O coronavírus quase não afeta menores de idade. Apenas 3% dos casos ocorrem em menores de 20 anos e a mortalidade em menores de 40 anos é de apenas 0,2%. Nas crianças, os sintomas são tão leves que podem passar despercebidos (Fonte: BBC).

Enquanto a população mais jovem foi instruída a não se preocupar com os perigos do vírus (já que a mortalidade em menores de 40 anos é de apenas 0,2%, como apontou o veículo de informação), os idosos foram ironizados por não *compreenderem* a gravidade da situação e por serem vistos *quebrando a quarentena* (MAZUCHELLI *et al.*, 2021).

A percepção generalizada de que essa população, tão heterogênea, não era capaz de compreender a seriedade e os riscos que corriam com a infecção é sinal de um preconceito etário que atravessa nossa sociedade e se manifesta em representações e estereótipos presentes nas mais diversas atividades e discursos, seja na mídia, na propaganda, no discurso legal ou mesmo no discurso e nas práticas médicas que muitas vezes patologizam processos naturais do envelhecimento (MAZUCHELLI; OLIVEIRA, 2020; MAZUCHELLI, 2019; NOVAES-PINTO; OLIVEIRA, 2016; NOVAES-PINTO, 2008).

Um dos efeitos do preconceito etário é a homogeneização dessa população, que passa a ser tratada da mesma maneira e a partir de um olhar que toma um aspecto do fenômeno como característica de todo o processo (MAZUCHELLI, 2019). Igualar o envelhecimento à perda auditiva, como vemos frequentemente em propagandas midiáticas, é um exemplo

emblemático, já que se essencializa o processo de envelhecimento a um fenômeno que não é nem universal, nem homogêneo; ou seja, nem todos que envelhecem terão perda auditiva e nem aqueles que tiverem a experienciarão da mesma maneira. O processo de envelhecimento, portanto, dentro do contexto do desenvolvimento humano, é inequivocamente complexo e diverso.

Um dos primeiros pontos a ser considerado nessa discussão, portanto, diz respeito a tratar o processo de envelhecimento para além de uma lente cronológica e biológica que tende a essencializá-lo, uma questão central para os estudos sobre envelhecimento que defendemos. Aspectos biopsicossociais são recorrentes em trabalhos publicados no Brasil (cf. PRADO; SAYD, 2006), mas o conceito de envelhecimento ainda é vinculado fortemente a termos unicamente biológicos. É comum, por exemplo, na ciência e na sociedade, observar definições de envelhecimento como a seguinte: “envelhecimento compreende os processos de transformação do organismo que ocorrem após o amadurecimento sexual e que implicam a diminuição da probabilidade de sobrevivência” (NERI, 1991 *apud* PRADO; SAYD, 2006, p.493).

Hamilton (2001), discutindo essa inadequação conceitual, argumenta que a idade cronológica é *um* aspecto do processo de envelhecimento, mas pode se tornar uma noção problemática, levando a conclusões precipitadas. Debert (1997) também argumenta que pesquisas interessadas pelas rupturas com a modernidade que, segundo ela, constituem a experiência contemporânea, devem buscar a *descronologização da vida*. A autora argumenta que se trata de saber “se a idade de papéis sequenciados, extremamente divididas por idades, capturaria a realidade social de uma sociedade que atingiu o nível de desenvolvimento tecnológico da sociedade contemporânea” (DEBERT, 1997, p.4). Staudinger (2015, p.187, destaques nossos), na mesma direção, também afirma que:

A idade cronológica é apenas um, e não o mais preciso indicador do envelhecimento humano. Múltiplas perspectivas exteriores (isto é, objetivas) e interiores (isto é, subjetivas) de envelhecimento precisam ser consideradas para fazer justiça à *multidimensionalidade do desenvolvimento e envelhecimento humano*. Perspectivas exteriores são, por exemplo, as idades biológica, social e psicológica. A idade cronológica de 75 anos, por exemplo, pode estar ligada tanto com uma diferença biológica como cognitiva. *O desenvolvimento e envelhecimento humanos não é apenas um processo*

*biológico, mas é naturalmente interativo.* Como resultado, ele é caracterizado por uma impressão de plasticidade que se vincula à relatividade do sentido de idade cronológica. Perspectivas exteriores são intimamente ligadas com perspectivas interiores de envelhecimento, assim como os estereótipos sociais, as imagens acerca do próprio envelhecimento e os metaestereótipos, isto é, aquilo que pensamos que os outros podem pensar sobre a idade avançada. *Essas perspectivas interiores, embora “invisíveis”, são muito poderosas e exercem efeitos parecidos nas idades biológica, social e psicológica e são afetadas por elas*<sup>5</sup>.

O corpo que envelhece, nesse contexto, é o nó de um processo complexo que é interno e externo, como aponta Staudinger (2015). A experiência de envelhecimento e os fenômenos associados a ele, portanto, demandam uma compreensão dialógica que não aparece nas discussões que buscam por modelos de envelhecimento, nem nas ações públicas e sociais de cuidado.

Pensar, portanto, no envelhecimento significa, fundamentalmente, considerar sua *multidimensionalidade e situacionalidade*. Ou seja, é preciso considerar que envelhecer em São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo, onde a expectativa de vida ao nascer é de 71,28 anos, não é o mesmo que envelhecer no Alto de Pinheiros, na Zona Oeste, onde a expectativa de vida é de 85,33 anos, como aponta o estudo realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2019). Da mesma maneira, envelhecer sendo mulher negra periférica não é o mesmo que envelhecer sendo homem branco. Territorialidade, classe, raça e gênero devem ser elementos fundamentais quando pensamos na saúde física e em aspectos psicossociais do envelhecimento. É somente

---

<sup>5</sup> No original: “Chronological age is but one, and not the most accurate, indicator of human aging. Multiple outside (i.e., objective) and inside (i.e., subjective) perspectives on aging need to be considered to do justice to the *multidimensionality of human development and aging*. Outside perspectives are, for example, biological, social, and psychological ages. A chronological age of 75 years, for instance, may be linked with a different biological as well as cognitive age. *Human development and aging is not only a biological process but is interactive in nature*. As a result, it is characterized by impressive plasticity which entails the relativity of the meaning of chronological age. Outside perspectives are closely linked with inside perspectives on aging such as societal stereotypes, images about one’s own old age and metastereotypes, that is, what we think others might think about old age. *These inside perspectives, even though ‘invisible,’ are very powerful and exert effects on biological, social, and psychological ages alike and are affected by them*”.

a partir dessas considerações que poderemos começar a compreender os motivos que levam idosos a quebrarem o isolamento<sup>6</sup> sem homogeneizá-los e ironizá-los.

## **2 A filosofia do ato responsável de Mikhail Bakhtin. Responsabilidades: do paradigma neoliberal para a alteridade**

Um dos aspectos atuais que atravessa a experiência de envelhecimento é a noção de *envelhecimento ativo*, modelo compreendido como um processo de “otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança visando melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p.12). Adotado no final da década de 90, o modelo de envelhecimento ativo relaciona-se a um movimento, em termos de políticas públicas e de saúde, para a oportunização de atividades e ambientes que promovam saúde, aumento da qualidade e de anos de vida, autonomia e independência, com o objetivo também de reduzir custos associados ao aumento da longevidade populacional nos sistemas de saúde (RIBEIRO, 2012).

Contudo, o termo *ativo* ainda não foi objeto de reflexões mais sistemáticas, especialmente se considerarmos outros termos também já utilizados, como *saudável* e *bem-sucedido* – o primeiro consolidado no contexto biomédico e o segundo difundido na literatura social e psicológica, como aponta Ribeiro (2012) – para se pensar um modelo interessante para o envelhecimento, dado o avanço da longevidade no Brasil e em diversos lugares do mundo.

Ainda que não seja o objetivo deste trabalho refletir sobre os sentidos decorrentes dessa adjetivação, o conceito de *envelhecimento ativo* se estrutura a partir de um caráter de

---

<sup>6</sup> Como discutido em artigo a ser publicado, é preciso considerar que grande parcela da população idosa no Brasil depende de trabalho informal para o sustento de suas famílias, o que pode explicar, por exemplo, a dificuldade de muitos em seguirem o isolamento em casa. O caso da primeira vítima de covid-19 na cidade do Rio de Janeiro é emblemático. A empregada doméstica Cleonice Gonçalves, de 63 anos, viajava 120 km para trabalhar na Zona Sul do Rio de Janeiro. Ela contraiu o vírus de sua empregadora e morreu três dias depois dos primeiros sintomas (MAZUCHELLI et al., 2021). Em contrapartida, aumentam os números de denúncias, na cidade de São Paulo, por exemplo, de jovens que chegam a pagar R\$400 reais para participarem de festas clandestinas, como mostra a reportagem disponível aqui: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/22/baladas-clandestinas-em-sp-tem-ponto-de-encontro-com-vans-e-endereco-liberado-1h-antes-da-festa-para-despistar-fiscalizacao.ghtml> Vale notar que apenas no primeiro caso, contudo, a idade parece ter efeito homogeneizador e sustentar práticas discriminatórias.

mútua responsabilidade, em que a (auto)responsabilização individual para “atingir níveis de funcionamento mais elevado (e.g. através do usufruto das oportunidades que são dadas aos indivíduos no nível educativo, de participação social, de promoção do seu bem-estar e estado de saúde)” é articulada à sociedade, representada, especialmente, nos gestores governamentais, cuja responsabilidade estaria em “promover respostas que tornem as opções por um estilo de vida saudável, ou ativo, a melhor e ‘de mais fácil escolha’ para os indivíduos” (RIBEIRO, 2012, p.38).

Embora a conceituação pareça se estabelecer entre esses dois responsáveis, os atores governamentais e a sociedade parecem ter como responsabilidade somente a promoção de respostas que tornem as opções mais fáceis. Disso decorre o reforço das escolhas individuais e a ideia de que eventuais problemas associados a um envelhecimento que não foi ativo e que poderá se materializar em problemas diversos de saúde, por exemplo, serão de responsabilidade do indivíduo que optou por não escolher as opções mais interessantes para que tivesse um *envelhecimento ativo*, ou seja, bem-sucedido e saudável. Como aponta Ribeiro:

Segundo alguns autores, a convicção de que “estar ativo” ou “permanecer ativo” são suficientemente claros e óbvios tem secundarizado a necessidade de explicitar aquilo que está em causa ou o que o conceito efetivamente abarca. Ou seja, tem-se delegado para um plano secundário a necessidade, por um lado, de esmiuçar o entendimento, potencialmente divergente, que políticos, profissionais, investigadores e o senso comum poderão ter do termo e, por outro, a necessidade de colocar esta designação numa esfera mais abrangente do que aquela eminentemente relacionada com o mercado de trabalho, que se preocupa sobretudo com os idosos “mais novos” (legitimando amplas discussões em torno do prolongamento da vida ativa e da passagem à reforma) e onde a distinção entre comportamentos “ativos” e “passivos” resultará, eventualmente, tão problemática quanto a definição das pessoas que personifiquem de modo claro esse envelhecimento (2012, p.36).

O problema de modelos como o do *envelhecimento ativo*, além da homogeneização, está sobretudo na *individualização* do processo, o que resulta no apagamento de sua multidimensionalidade; ou seja, apaga aspectos do processo que não dizem respeito a

escolhas diretas, mas às condições materiais de vida e de trabalho desses sujeitos (por exemplo, jornadas longas de trabalho de 12 horas que inevitavelmente marcam os corpos e diminuem as possibilidades de escolhas “mais fáceis”; o encarecimento de alimentos, como verduras e legumes; e o uso indiscriminado de agrotóxicos na plantação, impedindo, portanto *escolhas melhores*). Embora o posicionamento daqueles que defendem a ideia de um envelhecimento ativo esteja fundado na busca por melhores condições de vida e na educação para que boas opções sejam feitas, o modelo fortalece a crença neoliberal de responsabilização do indivíduo, porque as decisões individuais ganham destaque e são desistoricizadas; ou seja, não abarcam as complexidades sociais e históricas dessas escolhas.

No contexto da pandemia, observamos, assim, o aprofundamento dos efeitos dessa política neoliberal de individualização das responsabilidades sobre as histórias de vida e que se fortalece, politicamente, nos discursos que circulam nas esferas governamentais sobre a ausência de cuidado aos idosos. É nesse contexto que o discurso de “cada um que cuide de si e dos seus” ganha ainda mais força, aprofundando, como assinala Ponzio (2014), o esfacelamento das relações sociais e a centralidade na identidade e no mercado de trabalho, apontados pelo autor como dois dispositivos de uma mesma armadilha. Para o autor:

Há uma *relação muito estreita entre identidade*, seja individual ou coletiva, e *trabalho indiferente*, trabalho quantificado, contado em horas, o *trabalho-mercadoria*.

Não só porque, no que se refere à *identidade individual* (que, no fundo, é sempre coletiva, requerendo pertencimento a um igual), *o trabalho resulta a condição* para tal (falta ou perda de trabalho como falta ou perda de identidade); não somente porque *a comunidade é uma comunidade de trabalho* (de modo que, como acontecia na Alemanha nazista para o hebreu [v. o filme de Spielberg *Shindler's List*], ainda hoje o certificado de trabalho permite também ao “não pertencente” – o extracomunitário – ser ainda aceito). Mas também porque *todas as diferenças-indiferentes* sobre as quais se baseiam as identidades individuais ou coletivas *pressupõem a forma social caracterizada pelo mercado de trabalho* (PONZIO, 2014, p.49; itálicos no original).

Ainda, nessa perspectiva ligada à *funcionalidade*, o discurso sobre o envelhecimento ativo, alinhado aos discursos que acompanhamos ao longo da pandemia do *cuidado de si*, no

lugar do *cuidado também do outro*, articulam-se e mostram o prevalecimento das relações de identidade sobre as relações de alteridade, para além de uma perspectiva neoliberal.

A consequência disso, como aponta Debert (1999), é a de que essas novas formas individualizadas de vivenciar o envelhecimento, muito frequentemente materializadas em uma ampla gama de atividades, como viagens e realização de sonhos, não necessariamente levam a uma atitude mais tolerante em relação aos idosos, mas, acima de tudo, ao compromisso com um determinado tipo de envelhecimento positivo (DEBERT, 1999). Para a autora, novas representações emergem em um contexto no qual um conjunto de discursos amplamente divulgados pela mídia se empenha em desestabilizar expectativas e imagens tradicionalmente associadas ao avanço da idade, disseminando “uma série de receitas como técnicas de manutenção corporal, refeições saudáveis, ginástica, medicamentos”, danças e outras formas de lazer que buscam mostrar “como aqueles que não se sentem velhos devem se comportar, apesar de sua idade” (DEBERT, 1999, p.72). É o que a autora chama de “reprivatização da velhice”, um processo no qual:

*Os dramas se transformam em responsabilidades dos indivíduos que negligenciaram seus corpos e foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras. [...] O argumento central é que a avaliação do caráter das transformações no curso da vida do caráter ilusório ou realista das promessas libertárias sugeridas só ganha sentido se a atenção se voltar para o modo como a partir delas a solidariedade entre gerações é redefinida e para as hierarquias sociais que essas transformações põem em ação (DEBERT, 1999, p.72; grifo nosso).*

O paradigma neoliberal, centrado nas relações de identidade, reforça, portanto, a individualização do processo de envelhecimento e uma responsabilidade individualista. Para refletir sobre outros caminhos, fundados na alteridade, retomamos a arquitetura bakhtiniana, considerando o efeito das diferentes posições que ocupamos na enunciação e, portanto, na vida, caminho que consideramos necessário para falarmos de uma outra responsabilidade:

O princípio arquitetônico supremo do mundo real do ato é a contraposição concreta, arquitetonicamente válida, entre eu e outro. A vida conhece dois centros de valores, diferentes por princípio, mas correlatos entre si: o eu e o outro, e em torno desses centros se distribuem e se dispõem todos os momentos concretos do existir. Um mesmo objeto, idêntico por conteúdo, é um momento do existir que apresenta aspecto valorativo diferente, quando correlacionado comigo ou com o outro (BAKHTIN, 2010, p.142).

De maneira geral, Bakhtin caracteriza os momentos dessa arquitetônica em termos de alteridade dialógica. Em cada espaço temporal do eu-outro, estarão inevitavelmente dispostos o eu-para-mim, o outro-para-mim e o eu-para-outro. É importante ressaltar que o eu e o outro não são intercambiáveis, como apresentado comumente dentro de certas teorias da linguística/comunicação, já que assumem posicionamentos irrepetíveis no momento único enunciativo. Além disso, a arquitetônica entre um “eu” e todos os outros que não o constituem não é nunca passiva e casual, mas tem caráter dinâmico, já que se trata de um posicionamento *sempre em relação a*.

Para Bakhtin (2010, p.143) “essa arquitetônica é tanto algo dado, como algo a-ser-realizado [*danai zadana*], porque é a arquitetônica de um evento”; ou seja, ao contrário de uma arquitetônica acabada, pronta e consolidada, é “incessante e ativamente realizada pelo meu ato responsável, edificada por meu ato e que encontra a sua estabilidade somente na responsabilidade do meu ato” (BAKHTIN, 2010, p.143). Esse ato responsável só é possível no lugar único e no evento único do existir pelo “eu”, que é precisamente o único que ocupa posição singular em dado espaço e tempo, sem álibis.

Neste preciso ponto singular no qual agora me encontro, nenhuma outra pessoa jamais esteve no tempo singular e no espaço singular que se dispõe todo o existir singular de modo singular e irrepetível. Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. A singularidade do existir presente é irrevogavelmente obrigatória [*nuditel'no obiazatel'na*]. Este fato do meu não-álibi no existir [*moë ne-abili v bytii*], que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu *reconheço e afirmo de um modo singular e único* (BAKHTIN, 2010, p.96-97; itálicos no original).

No entanto, recordemos que viver a partir de si não é o mesmo que viver para si, ou por conta própria, negando o papel fundamental do outro. O que a teoria bakhtiniana ressalta, como afirma Ponzio (2010, p.22), é que é somente deste lugar único que se torna “possível o reconhecimento da impossibilidade de uma não indiferença pelo outro”. É justamente por isso que, para esse autor, a revolução bakhtiniana acontece no deslocamento posicional em que a construção do mundo se coloca no horizonte do Outro, e não mais apenas do Eu (PONZIO, 2008).

Este “eu sem álibis”, arquitetonicamente posicionado, tem um excedente de visão sobre o outro que possibilita ver um *outro* horizonte, um *outro* olhar axiológico que permite atribuir-lhe sentidos onde sozinho não seria possível. Como ressalta Novaes Pinto (1999), esse excedente de visão não é apenas estético, mas profundamente ético, já que nos permite um duplo movimento exotópico de ir até o outro para então voltar ao nosso lugar, agora carregado também dos sentidos do outro. Esse movimento nos move, portanto, eticamente, para irmos além da *identificação*, como aponta Bakhtin:

Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro tal qual *ele* vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento (BAKHTIN, 2003, p.23).

No campo dos estudos sobre envelhecimento, é interessante observar como o conceito de *envelhecimento ativo*, embora busque trazer pontos importantes, acaba por levar a um *fechamento do indivíduo em si mesmo* ao centralizar as práticas e compreensões que neutralizam, obscurecem e apagam traços do outro. Ao se desistoricizar as escolhas e a vida, o envelhecimento é transformado em uma experiência controlada, determinada por escolhas conscientes, fechando-se para aquilo que o atravessa: as relações com o mundo, ou seja, as condições históricas e situacionais de classe, gênero, raça e geografia que influenciam a

seguir (ou não) os parâmetros do envelhecimento ativo. O movimento responsivo-ativo de Bakhtin é contrário a esse movimento que atravessa o outro sem ser por ele influenciado.

### **3 Dialogizando geração - intergeracionalidade na alteridade**

Um dos pontos importantes quando falamos de uma responsabilidade baseada na alteridade diz respeito ao termo *geração*, que, apesar de frequente no senso comum, suscita reflexões importantes dada a própria polissemia do termo. De acordo com Motta:

Curiosamente, no caso do uso do conceito de gerações, mesmo sendo tão iluminador, não se encontram adesões de meio termo a ele. Ou tem-se percebido claramente a sua utilidade ou indispensabilidade analítica como catalisador das relações entre grupos de idade no tempo histórico e na mudança social; ou se tem deixado as conexões sociais coletivas referidas à vivência e experiência no tempo histórico “esquecidas”, porque parecem demasiado fluidas ou mutáveis, de um dinamismo exagerado que parece contrariar algumas das “certezas” objetivas da ciência (2010, p.226).

Para Motta (2010, p.229), o uso científico do termo pode ser sintetizado em diferentes perspectivas. No entanto, o sentido mais plenamente sociológico de geração “designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal”. Para a autora, as gerações não existem de forma isolada, mas em um jogo de poder de referência mútua, contraposição ou até oposição umas às outras.

Embora, portanto, se possa utilizar o conceito para refletir sobre aspectos relativos ao desenvolvimento humano e ao processo de envelhecimento, deve-se ter em conta a inerente variabilidade de cunho histórico e social dentro do termo *gerações*, como propõe Motta (2010), já que as experiências e suas memórias de caráter coletivo, compartilhadas ou não, são vivenciadas de maneiras distintas. Quando se consideram recortes sociais, de classe, de raça, de territorialidade e de gênero, dentro dessas gerações, torna-se problemático pensar, por exemplo, que as experiências vividas pela *geração* que viveu a Segunda Guerra Mundial na Europa e na América Latina sejam as mesmas e tratá-la como uma categoria de análise,

como ainda se observa em estudos de coorte mundial que buscam compreender efeitos de eventos históricos nas experiências de vida.

A mobilização da memória aqui se refere, portanto, à impossibilidade de sua individualização – ou seja, de compreendê-la em termos unicamente biológicos e neuronais, íntimos e particulares – ou de sua redução a um determinado grupo identitário, dada sua imprescindível natureza coletiva, como apontado por Halbwachs (2017). Do ponto de vista bakhtiniano, no âmbito dialógico e enunciativo, a memória que o outro guarda de mim parece fundamental também para a construção da minha unidade:

A memória que tenho do outro e de sua vida difere, em sua essência, da contemplação e da lembrança da minha vida: essa memória vê a vida e seu conteúdo de uma forma diferente, e apenas ela é produtiva (a lembrança e a observação da minha própria vida podem fornecer-me os elementos de um conteúdo, mas não podem suscitar uma atividade geradora da forma e do acabamento) (BAKHTIN, 2003, p.98).

Em cada uma das posições anteriormente descritas em torno de uma arquitetônica, podemos distinguir a memória que tenho de mim, aquela que tenho do outro e a que o outro tem de mim. Sendo assim, essa arquitetônica pressupõe memórias qualitativamente diferentes, não coincidentes, já que um mesmo dado recebe diferentes avaliações axiológicas em decorrência de nosso posicionamento.

Dentro dessa arquitetônica, implica-se que a memória do outro confere acabamento, situa-se no passado e tem caráter estético, enquanto a minha memória é sempre inacabada e se perfaz no futuro. Assim, de acordo com Bakhtin (2003, p.114), “para mim, a memória é memória do futuro, para o outro, memória do passado”.

[...] o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, da sua visão e da sua memória; memória que o junta e o unifica e que é a única capaz de lhe proporcionar um acabamento externo. Nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse. A memória estética é produtiva: ela gera o homem exterior pela primeira vez num novo plano da existência (BAKHTIN, 2003, p.33).

Dada essa temporalidade em que coexistem, simultaneamente, memórias de passado e de futuro, temos que a responsabilidade intergeracional, mesmo nos interesses específicos deste texto, não se restringe à binariedade do par *jovem/idoso*, mas ao fato de que deve existir uma *responsabilidade* que exceda os limites da identidade; uma responsabilidade intergeracional a partir da alteridade. Trata-se da possibilidade de reconhecer em mim e no outro o entrecruzamento de gerações que o constituem e sobretudo de agir, sem álibis, em relação a esse encontro.

Nesse sentido, a noção de intergeracionalidade se faz tanto entre indivíduos como internamente, em cada sujeito, na coexistência de diversas temporalidades; ou seja, enquanto constitutivas de um sujeito único, singular e irrepitível, essas temporalidades contêm em si a própria intergeracionalidade, independentemente da idade.

Sendo assim, ao evocarmos aqui a noção de geração, não estamos de forma alguma reduzindo-a ao presente das relações em um período estabelecido. Pelo contrário, reconhecer o caráter constitutivo da intergeracionalidade é dar-se conta da presença de outras temporalidades que se entrecruzam a todo momento, permitindo que no espaço cronotrópico da memória a dimensão temporal se apresente em toda sua tessitura.

Desta forma, respondemos não somente pelo que ocorre hoje, mas tanto pelo passado (e aqui lembramos da banalização do horror da ditadura, ou da escravidão) quanto pelo futuro (e aqui pensamos que as gerações futuras talvez não tenham uma terra habitável). Para os fins deste artigo, preferimos dizer que as gerações compartilham a dialogização de um tempo não compartimentalizado e cronometrado, de representação e projeção, que permite que os sujeitos estejam, ao mesmo tempo, coexistindo em diferentes gerações.

#### **4 Considerações finais: A pandemia por covid 19 e a responsabilidade intergeracional**

Durante a pandemia ocasionada pela covid-19, tem sido possível observar muitos discursos relacionados diretamente a idosos que apontam para uma contradição. De um lado, há uma grande preocupação com os idosos, especialmente por sua fragilidade frente ao vírus; por outro, há uma atitude de discriminação e violência especialmente no que tange às suas decisões em relação à pandemia, já que são frequentemente considerados ora teimosos, por

supostamente não respeitarem as normas de distanciamento social, ora ingênuos, por não serem capazes de compreender a gravidade da situação e os riscos da infecção. Essa contradição se torna ainda maior quando vemos discursos que querem obrigar idosos a ficarem em casa, ao mesmo tempo em que se defende a retomada das atividades econômicas. Esses contrassensos mostram como os discursos utilizados para responsabilizar os idosos por suas escolhas, seja pela possível ingenuidade ou intransigência, nada mais são do que subterfúgios; expressões que revelam o preconceito etário que a pandemia vem escancarando, já que o nó crítico dessa pandemia é que a morte dos idosos resulta da transmissibilidade que pode ser ocasionada por todos.

No *Encontro com Fátima Bernardes* do dia 19 de Outubro de 2020<sup>7</sup>, foi ao ar uma reportagem em que a jornalista Luiza Zveiter conversa com pedestres, para saber do comportamento destes durante a pandemia, com a seguinte enquete: “Quem é você nesta pandemia, ainda fica em casa ou retomou as atividades?”. Nesta matéria, o depoimento de um homem de meia idade em um estabelecimento do Rio de Janeiro chama a atenção:

Entrevistado: Eu tenho saído, curtido muito... as baladas, as festas. E... volto para casa, tenho uma mãe de 78 anos, ela não pega covid. Eu acredito que essa doença é para quem já está fragilizado. Ela não é para quem... já está forte espiritualmente, não vai acontecer nada com quem está bem.

Luiza: Já chegou a perder algum parente, sabe de algum amigo que perdeu?

Entrevistado: Perdi... Já perdi duas tias, mas são tias de 80, mais de 70 anos.

Luiza: Mas e sua mãe com 78? Ela então está no grupo de risco?

Entrevistado: Ela não pega não!

Inicialmente, pode-se questionar sobre como os idosos podem ser rotulados, em virtude da sua idade, por suas escolhas, enquanto outros não sejam responsabilizados da mesma forma<sup>8</sup>; ou seja, enquanto continuamos responsabilizando idosos por suas escolhas

---

<sup>7</sup> Reportagem disponível em:

<https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/entrevistado-do-encontro-diz-que-corona-nao-e-para-quem-esta-forte-espiritualmente-e-a-web-se-revolta>. Acesso em 28/11/2020.

<sup>8</sup> Vale lembrar, por exemplo, as denúncias crescentes de festas clandestinas organizadas em diversas cidades pelo país (ver nota 5) e as aglomerações em bares de bairros nobres no Rio de Janeiro na reabertura das

individuais, desistoricizando-as, seja através de discursos que reforçam os sentidos do *envelhecimento ativo*, seja, na pandemia, associando suas “más decisões” à sobrecarga dos sistemas de saúde, continuamos alimentando um sistema de responsabilização pautado pelo *cuidado de si* e pela alienação da presença – radical – do outro. A pandemia, com suas contradições e refrações de sentido, leva-nos a exigir, hoje, uma espécie de responsabilidade que não se limita à própria proteção, pois inclui a proteção do outro.

No entanto, para o entrevistado, mesmo reconhecendo a perda de dois parentes idosos, parece que não é necessário se preocupar com aqueles que estão *fortes espiritualmente*. Em seu sistema de crenças, essa referência aparece como um *álibi* que permite viver a vida sem os incômodos gerados pelas medidas de distanciamento social. Ainda que fosse verdade, perguntamo-nos pelos demais, os considerados fracos. Seriam estes dispensáveis? Ou melhor, como é possível que a ideia de que a covid-19 levaria apenas aqueles considerados fracos pode ser formulada como justificativa para a continuidade das atividades?

A fala do entrevistado refrata e reforça outros discursos que circulam, sejam do presidente em exercício, ao afirmar que a pandemia é uma *gripezinha* e de que *corpos de atleta* não correm risco, ou que *quem usa máscara no Brasil é maricas*<sup>9</sup>, seja dos veículos de informação e das redes sociais que minimizam o impacto da doença ao (re)afirmarem a necessidade da retomada das atividades escolares<sup>10</sup>. É nesse movimento de discursos

---

atividades. Ver reportagem disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/03/reabertura-bares-rio-de-janeiro-aglomeracao.htm>. Acesso em 28/11/2020.

<sup>9</sup> As falas do presidente em exercício, de raiz fortemente eugênica, podem ser encontradas aqui: “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar” - <https://noticias.uol.com.br/columnas/leonardo-sakamoto/2020/03/20/gripezinha-menosprezo-de-bolsonaro-por-coronavirus-o-tornou-cumplce.htm>, “Não vou sentir nada, fui atleta e levei facada” - <https://exame.com/brasil/bolsonaro-sobre-covid-19-nao-vou-sentir-nada-fui-atleta-e-levei-facada/> e “Tem que deixar de ser um país de maricas” - <https://oglobo.globo.com/sociedade/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19-1-24739111>.

<sup>10</sup> Em artigo recente, o escritor Julián Fuks fala da urgência de se retomar as atividades escolares em virtude da imensa tristeza que as crianças sofrem pelo isolamento prolongado. Embora o artigo apresente pontos fundamentais sobre a ausência de reflexão a respeito da tristeza que as crianças experienciam neste momento, é preciso pontuar o apagamento da complexidade da vida escolar quando se pensa a escola apenas a partir do ponto de vista da criança, especialmente se considerarmos o efeito da rápida transmissibilidade do vírus. Ao não complexizar a escola, formada também de trabalhadores que podem fazer parte de grupos de risco, Fuks reforça o discurso da retomada das atividades e sustenta a primazia da infância sobre outros grupos ao afirmar que “pesquisas do mundo inteiro têm que as crianças se contagiam menos e com menor gravidade, que também infectam menos e que, portanto, para a nossa surpresa, não são tão vulneráveis, e nem os terríveis agentes de

pautados na sobrevivência dos *mais fortes* e nas necessidades individuais que são reforçados os *álibis* de uma responsabilidade identitária que possibilita a formulação de justificativas como a do entrevistado, ao comentar a perda em sua família: *são tias de mais de 80, mais de 70*.

Em outra reportagem, agora da TV Cultura de Goiânia, uma jornalista entrevista transeuntes sobre a resistência de muitos em usarem máscaras em parques da capital. Uma das entrevistadas, uma idosa, afirma não achar justo que, se infectada, tenha que disputar com mais jovens. Ela argumenta:

Esses infelizes não devem ter mãe, nasceram de chocadeira porque, se eles não protegem a própria mãe, como que eles vão me proteger? Durante a semana que o fluxo aqui é pouco, você vê encarreirado assim seis jovens, entre 20 e 30 anos, ou sem a máscara, ou com a máscara no queixo. Pra quê serve? Eu uso a minha, me protejo, protejo ele. Amanhã vou disputar com ele o respirador lá no hospital. Ele, como é mais jovem, vai ter a preferência. É justo? Quer dizer, não sei se isso é desrespeito, falta de cultura, se é adepto da filosofia do presidente. Eu não sei o que que ele tem, só que falta respeito<sup>11</sup>.

O ponto da entrevista é justamente o apagamento que diversos idosos vêm sofrendo nesta pandemia, que está fundamentado na primazia de uma cultura jovem, na crença de que idosos não compreendem a situação da pandemia e que suas eventuais mortes são compreensíveis, seja pelo *adiantado da vida*, seja porque já atingiram uma marca cronológica que as justificariam. Há ainda, assim, uma crença bastante velada de que envelhecer é nada mais que esperar a morte. Somando-se a isso, temos a ideia de um cuidado dos seus, de si, identitário e pouco preocupado com o outro, como argumenta a entrevistada: *eu uso a*

---

contágio”. O efeito da reabertura das escolas já foi sentido em diversas cidades, seja com o aumento do estresse dos profissionais que têm seus horários modificados a cada nova criança infectada e salas que entram em quarentena, seja do aumento expressivo dos casos de mortes de profissionais da educação. O artigo de Fuks pode ser encontrado aqui: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2020/08/15/sobre-a-tristeza-das-criancas-e-a-urgencia-de-priorizar-as-escolas.htm>. Acesso em 28/11/2020.

<sup>11</sup> O vídeo da entrevista está disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=13&v=vIBg2g6OBCI&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=13&v=vIBg2g6OBCI&feature=emb_logo). Acesso em 28/11/2020.

*máscara, me protejo, protejo ele.* Ainda assim, na balança das idades, o fato de ela já ter atingido uma certa idade cronológica a coloca em desvantagem nessa política que determina quem vive e quem morre, quando o que deveríamos discutir é por que não temos assistência para *todos*, ou ainda, quais políticas públicas devem ser criadas para que não haja necessidade de que critérios limitados como esse sejam utilizados para determinar quem vive e quem morre.

A saída para a responsabilidade identitária, acreditamos, é a responsabilidade da alteridade. Ainda que a responsabilidade, a partir de Bakhtin, se fundamente na alteridade e no dialogismo, o contexto da pandemia e o idadismo brasileiro escancarado nos levam a adjetivá-la como estratégia de visibilizar a importância de um grupo que está sendo constantemente apagado e silenciado. Por isso, defendemos a necessidade de falarmos de uma responsabilidade intergeracional, porque ela não apenas reforça o caráter da alteridade, como aponta para a diferença de gerações, marcando essa relação necessária com nossa memória e com o futuro.

É preciso, portanto, criarmos espaços para esses encontros, para que narrativas identitárias e etaristas sejam combatidas. É o caso, por exemplo, de um projeto de extensão da Universidade Estadual da Bahia<sup>12</sup>, em que professores, profissionais da área da saúde e estudantes preocupados com os idosos de uma região pobre de Salvador desenvolveram ações promotoras de saúde. Uma das frentes de ação, denominada *Ligações Afetivas*, realizou a oferta de uma escuta; uma conversa para compartilhar uma música, um poema, uma história. E, assim, residentes da área da saúde ouviram como cada um daqueles idosos estava enfrentando essa pandemia, mas também conversaram e contaram suas histórias. A outra frente de ação, denominada *Afeto nas Redes*, produziu material audiovisual especificamente para estes idosos, a partir dos diálogos realizados, conversando sobre a pandemia, sobre as medidas de isolamento, saúde mental etc. Em ambos os casos, os atendimentos realizados

---

<sup>12</sup> A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) desenvolveu o Projeto de Extensão UNEB Contra o Coronavírus, articulando uma série de ações em parceria com duas Unidades de Saúde da Família (USF) do Distrito Sanitário Cabula/Beiru, no município de Salvador, entre os meses de maio e outubro de 2020. O projeto contou com a ação coordenada de diversos eixos, contudo, as ações descritas no texto foram desenvolvidas pelo eixo de Saúde Mental. Este eixo teve a participação de docentes (incluindo um dos autores deste texto), residentes do Programa de Residência Multiprofissional de Saúde Mental, monitores e discentes.

estiveram sempre em diálogo com as unidades de saúde de referência dos idosos, fortalecendo o vínculo com o Sistema Único de Saúde<sup>13</sup>.

Esses diálogos possibilitaram que estudantes e residentes se aproximassem das realidades e das experiências desses idosos, o que contribui sobremaneira para suas formações na área da saúde, já que muitos trabalharão diretamente com essa parcela da população, mas também para o rompimento de estereótipos e representações do processo de envelhecimento que o caracterizam a partir de lentes deficitárias (ingênuos, teimosos, que não compreendem etc.). Trata-se também de uma resposta sem *álibis* à pandemia, respeitando as medidas de distanciamento social, mas tentando aproximar, acolher nas diferenças e promover saúde através do diálogo. Uma resposta intergeracional não somente na medida em que aconteceram encontros entre gerações, mas na medida em que cada um teve que lidar com suas expectativas de futuridade, com as memórias de vida de outros idosos e com as demais velhices espalhadas pelo mundo.

A força desses encontros e dessa responsabilidade que reclamamos intergeracional nos remete àquilo que Marilena Chauí afirma na apresentação da obra de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade*: “a função social do velho é lembrar e aconselhar – *memini, moneo* – unir o começo e o fim ligando o que foi e o porvir” (CHAUÍ, 2016, p.18). São esses encontros que possibilitam que afetos nascidos da diferença, e não da identidade, como coloca Ponzio, sejam criados, e que possibilitam a saída do *cuidado único de si* para o *cuidado também do outro*. São esses encontros que colocam em diálogo Rosa, uma idosa sobrevivente do Holocausto, e Momo, um menino imigrante senegalês, e que criam a possibilidade de futuros diferentes, intergeracionalmente responsáveis.

---

<sup>13</sup> Lembremos quantos ministros da pasta da saúde teve este ano, em plena pandemia. Em um país em que três de cada quatro idosos não têm outra alternativa para cuidar da saúde que não seja o SUS, o atual ministro da saúde, Eduardo Pazuello, afirmou categoricamente em outubro: “Eu não sabia nem o que era o SUS”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/10/pazuello-afirma-que-nao-sabia-o-que-era-o-sus-ate-este-momento-da-vida.shtml>. Acesso em 28/11/2020.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. O autor e a personagem na atividade estética. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução e introdução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.3-192.
- BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos, SP: Pedro e João, 2010.
- BAKHTIN, M. *O homem ao espelho: Apontamentos dos anos 1940*. Tradução de Marisol Barenco de Mello e Mara Letícia Miranda. São Carlos: Pedro e João, 2019.
- CHAUÍ, M. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- DEBERT, G. G. Envelhecimento e curso de vida. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, p.120-128, 1997. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12564>. Acesso em 10-09-2021.
- DEBERT, G. G. Velhice e o curso da vida pós-moderno. *Revista USP*, n. 42, p.70-83, 1999. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28456>. Acesso em 10-09-2021.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2017.
- HAMILTON, H. E. Discourse and Aging. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (eds.). *Handbook of Discourse Analysis*. 2nd edition. Oxford: Wiley-Blackwell, 2001.
- MAZUCHELLI, L.P.; SOARES, M. F. de P.; NORONHA, D. O.; OLIVEIRA, M. V. B. Discursos sobre os idosos, desigualdade social e os efeitos das medidas de distanciamento social em tempos de covid-19, *Revista Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 3, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dkJwsGRvFs3tqC75gRkczxc/>. Acesso em 10-09-2021.
- MAZUCHELLI, L. P., OLIVEIRA, M. V. B. Morra quem morrer: desprezo aos idosos em meio à pandemia da covid-19. In: *Medium*. Disponível em <https://medium.com/@lpmazuchelli/morra-quem-morrer-desprezo-aos-idosos-em-meio-à-pandemia-da-covid-19-568408627c73>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- MAZUCHELLI, L. P. *Stereotypes and Representations: Discourses on and in Ag(e)ing*. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.
- MOTTA, A. B. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p.225-250, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/hfzk9pNbRc69T3JRqbGsVjn/?lang=pt>. Acesso em 21-09-2021.
- NERI, A. *Envelhecer num país de jovens*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

NOVAES-PINTO, R. C. *A contribuição do estudo discursivo para uma análise crítica das categorias clínicas*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

NOVAES-PINTO, R. C. Preconceito linguístico e exclusão social na normalidade e nas chamadas patologias de linguagem. *Avesso do Avesso*, n. 6, p.8-36, 2008. Disponível em [http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v6\\_artigo01\\_preconceito.pdf](http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v6_artigo01_preconceito.pdf). Acesso em 21-09-2021.

NOVAES-PINTO, R. C.; OLIVEIRA, M. V. B. Uncovering Hidden Meanings in Legal Discourse on the Elderly: a Semioethical Perspective. *Journal of the International Association for Semiotic Studies*, n. 209, p.301–321, 2016. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/359634>. Acesso em 21-09-2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Active Ageing: A Policy Framework*. Geneva: World Health Organization, 2002.

PONZIO, A. *A revolução bakhtiniana*. Tradução de Valdemir Miotello. São Carlos, SP: Editora Contexto, 2008.

PONZIO A. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro e João, 2010, p.9-40.

PONZIO, A. Identidade e mercado de trabalho: Dois dispositivos de uma mesma armadilha mortal. In: MIOTELLO, V. MOURA, M. I. *A alteridade como lugar da incompletude*. São Carlos, SP: Pedro e João, 2014, p.49-95.

PRADO, S. D.; SAYD, J. D. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 2, p. 491-501, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/tvJSTH8jLPfnT5YhMMKsH7R/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09-09-2021.

RIBEIRO, O. O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição Sociologia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n. temático: Envelhecimento demográfico, p.33-52, 2012.

ROSA E MOMO. Edoardo Ponti. Itália: Netflix, 2020.

SÃO PAULO. (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Coordenadoria de Políticas para a Pessoa Idosa. *Indicadores Sociodemográficos da População Idosa na Cidade de São Paulo*. 2019.

STAUDINGER, U. M. Images of Aging: Outside and Inside Perspectives. *Annual Review of Gerontology and Geriatrics*, v. 35, p.187-209, 2015. Disponível em <https://psycnet.apa.org/record/2015-50233-009>. Acesso em 09-09-2021.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.

45, n. 22, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbso/a/CpWfR8RYCdd9skYTLxJjd5p/?lang=pt>. Acesso em 09-09-2021.

**Declaração de autoria e responsabilidade pelo conteúdo publicado**

Declaramos que ambos os autores tiveram acesso ao *corpus* de pesquisa, participaram ativamente da discussão dos resultados e revisaram e aprovaram o processo de preparação da versão final do artigo.

*Recebido em 29/11/2020*

*Aprovado em 16/08/2021*